



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2018.0000353675

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0002214-22.2013.8.26.0288, da Comarca de Ituverava, em que é apelante MARIA EDUARDA DA SILVA FRANCISCO (MENOR), são apelados LUCAS MOREIRA FRANCISCO (MENOR) e IC TRANSPORTES LTDA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 33ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte à apelação da ré e negaram à dos autores. v.u.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores SÁ DUARTE (Presidente) e LUIZ EURICO.

São Paulo, 15 de maio de 2018.

EROS PICELI
RELATOR
ASSINATURA ELETRÔNICA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

Apelação nº 0002214-22.2013.8.26.0288
Comarca: Ituverava - Foro de Ituverava - 2ª Vara
Apelante: Maria Eduarda da Silva Francisco
Apelados: Lucas Moreira Francisco e Ic Transportes Ltda

Ação de indenização por danos materiais e morais – acidente de trânsito – atropelamento do pai dos autores, falecido em razão do acidente – culpa do motorista do caminhão de propriedade da ré – indenização por danos materiais e morais devida – pensão devida até a data em que os filhos atingirem 25 anos de idade, no valor fixado pela sentença, equivalente a 2/3 do salário mínimo – indenização por dano moral devida e mantida – sentença reformada em parte – apelação da ré parcialmente provida, não provida a dos autores.

Voto nº 41.279

Vistos.

Ação de indenização por danos materiais e morais decorrente de acidente de trânsito julgada parcialmente procedente para condenar a ré a pagar a cada um dos autores o valor de R\$ 93.000,00 para cada autor a título de danos morais, corrigido e com juros de mora a partir do evento danoso, e a o valor de R\$ 1.490,00, a título de danos materiais, e a pagar pensão mensal vitalícia aos filhos no valor equivalente a 2/3 sobre R\$ 465,00, inclusive décimo terceiro salário, com atualização desde a data do sinistro e até a data em que o falecido



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

completaria 73 anos de idade, além das custas processuais e de honorários advocatícios de 10% da condenação, nos termos da sentença proferida pelo M. Juiz Rodrigo Miguel Ferrari.

As partes apelam.

Os autores a pedir a majoração do valor arbitrado a título de danos morais para 300 salários mínimos para cada um e da pensão mensal para um salário mínimo para cada autor.

A ré sustenta a improcedência da ação, ante a falta de prova de culpa do motorista do caminhão, especialmente de imprudência, imperícia ou negligência sua, e por falta do nexo de causalidade. Houve culpa da vítima pelo acidente, que agiu com imprudência ao trafegar ao lado do caminhão e apresentava sinais de embriaguez.

Os danos morais devem ser afastados por falta de culpa e nexo de causalidade e a indenização, caso mantida, deve ser reduzida para no máximo R\$ 50.000,00. Pelas mesmas razões deve ser afastada a pensão vitalícia ou reduzida 1/3 do salário mínimo apontado na sentença, limitada até a data em que cada autor completar 25 anos de idade. E os honorários de sucumbência devem ser afastados ou reduzidos a no máximo R\$ 15.000,00.

Recurso dos autores sem preparo, dada a gratuidade da justiça, preparado o da ré, e ambos respondidos.

Parecer da Procuradoria Geral de Justiça pelo não provimento do recurso dos autores e pelo provimento do recurso da ré.

É o relatório.

Trata-se de ação de indenização por acidente de veículo ocorrido na rua Paiguas, 472, em Ituverava, em 22.8.2009 e no qual o caminhão de propriedade da ré atropelou o pai dos autores. Ambos seguiam pelo mesmo sentido de direção, ao lado do meio fio.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

A ré alega que o acidente teria sido causado pela imprudência da vítima, que trafegava de maneira imprudente ao lado do caminhão e com sinais de embriaguez, mas a prova dos autos não sanciona sua versão dos fatos.

Nenhuma testemunha presencial apontou que a vítima apresentava sinais de embriaguez, mas apenas os policiais que disseram ter ouvido isso de terceiros. A única testemunha presencial, ouvida em audiência, Marcos Antonio Ferreira, apontou que a vítima empurrava sua bicicleta pela via e foi atingida pelo caminhão, que não parou no local por não ter percebido o atropelamento. O motorista do caminhão confirmou ter percebido a vítima e dela desviado, mas acompanhou esse desvio até a metade da carreta. No entanto, a vítima foi atropelada justamente na altura dos últimos eixos da carreta, o que evidencia que o acidente foi causado pela imprudência do condutor do caminhão.

Por isso a ré deve arcar com os danos materiais e morais experimentados pelos filhos da vítima.

O recurso da ré não ataca a base do valor da pensão fixada pela sentença, que se baseou no salário mínimo. Pretende, no entanto, sua redução para 1/3 daquele montante. Mas, esse pedido não procede, devendo ser mantido o montante fixado pela sentença, à base de 2/3, pois se presume que 1/3 da renda seria consumido pela própria vítima. Frise-se que não cabe a majoração pretendida pelos autores, já que não há prova alguma de rendimento da vítima no patamar pretendido, de um salário mínimo para cada.

No entanto, deve ser acolhido o recurso da ré a fim de afastar o caráter vitalício da pensão atribuída aos filhos. A pensão mensal a eles deve ser fixada até a data em que eles completarem 25 anos de idade, quando se presume que irão iniciar sustento próprio.

Quanto aos danos morais, em se tratando de morte de parente, no caso o pai, prescindem de comprovação. Evidente o sofrimento pela perda abrupta de um ente querido, o que representa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

enormes, dolorosos, profundos e inestimáveis sofrimentos, trauma e abalo psicológico, potencializados pelas circunstâncias do acidente e pela causa da morte.

O valor indenizatório arbitrado a esse título, de R\$ 93.000,00 para cada um dos dois autores, deve ser mantido. A fixação do dano moral é difícil, porque subjetiva. Mas, considerada a situação das partes, a condição da ré, empresa transportadora, e as condições do acidente, em que se percebe culpa de seu motorista, recomendam a manutenção do valor.

Do exposto, dá-se provimento em parte à apelação da ré e nega-se provimento à dos autores, apenas para determinar que a pensão mensal seja devida até a data em que cada autor completar 25 anos de idade, mantida, no mais, a sentença.

Eros Piceli
Relator